

Programa prevê conversão de US\$ 20 bi da dívida

O Programa de Ação Governamental — PAG — elaborado pelo Ministério do Planejamento, prevendo, até 1991, aplicações no montante de Cz\$ 10,4 trilhões, poderá sofrer uma profunda revisão por ter superestimado o teto da conversão da dívida externa em capital de risco, ao propor que US\$ 20 bilhões sejam convertidos em investimento direto no prazo de quatro anos, com uma média anual em torno de US\$ 5 bilhões.

Tanto no Ministério da Fazenda como no Banco Central a meta é considerada irreal, embora o Governo não tenha ainda definido o teto considerado razoável, o que dependerá de uma série de fatores, inclusive relacionados com o andamento das negociações da dívida externa e com o programa de ajuste interno. A conversão é considerada pelo Governo um trunfo a ser utilizado na hora certa junto aos credores, e por essa razão, deliberadamente, deixará o assunto aparentemente em suspenso, inclusive quanto à regulamentação.

SÓ UMA REFERÊNCIA

Em decorrência dessa estratégia, as autoridades que estão em Nova Iorque conversando com os banqueiros, embora te-

nham recebido diversas solicitações de informações sobre a conversão, preferem dizer que o assunto está ainda sob exame do Governo. Há uma proposta de regulamentação elaborada pelo Banco Central, outra pela Comissão de Valores Mobiliários e várias sugestões encaminhadas diretamente ao Palácio do Planalto.

Como não se fixou ainda um teto para o valor da conversão, estimulam-se as especulações na área econômica sobre qual o montante que seria adequado, variando as estimativas entre US\$ 1 bilhão a US\$ 2,5 bilhões ao ano, entre 1988 e 1991, ou seja, um total entre US\$ 4 bilhões a US\$ 10,0 bilhões. Outra referência seria o volume de recursos novos necessários ao equilíbrio do balanço de pagamentos, a partir de uma projeção de um crescimento de 7% do PIB, entre 1988 e 1991.

Fontes da área econômica assinalam, contudo, que o teto efetivo dependerá das negociações com os credores, especialmente os bancos privados, cujo início está previsto para setembro próximo. Além do limite máximo anual, também estariam na dependência dessas negociações as próprias regras da conversão, tais como a orientação

para as aplicações e o regime de incentivos.

PROBLEMAS

O Palácio do Planalto considera superado o problema surgido contra a conversão, quando o grupo progressista do PMDB fez inserir no texto do documento sobre política econômica, aprovado na convenção nacional do final da semana passada, um item condenando explicitamente a medida, por sugestão do professor Dêrcio Garcia Munhoz e acatamento dos economistas das demais correntes em que se divide o partido.

Posteriormente, o presidente Sarney recebeu da liderança partidária, de governadores estaduais e de parlamentares do PMDB, manifestações de repulsa à condenação da conversão e de apoio à medida, desde que cercada de salvaguardas para prevenir a desnacionalização. A partir dessas manifestações, o Presidente autorizou o ministro da Fazenda a dar prosseguimento aos estudos, e instruir os membros da delegação governamental que se encontram nos Estados Unidos a informar aos credores que somente a parcela radical do PMDB é contra a conversão.